

A revolta monárquica de 1912 em Cabeceiras de Basto – Braga

The monarchist revolt of 1912 in Cabeceiras de Basto-Braga

Norberto Tiago Gonçalves Ferraz*

Resumo: O regime da I^a República Portuguesa enfrentou, desde o seu triunfo em 1910, a oposição de forças conservadoras que visavam a restauração do deposto regime monárquico. Em 1912 teve lugar uma invasão de exilados monárquicos a partir da Galiza que pretendia sublevar o norte de Portugal. Este artigo pretende apresentar o decurso desses acontecimentos no concelho de Cabeceiras de Basto, distrito de Braga, mas também analisar as dinâmicas político-sociais locais que justificam o comportamento da população, o seu desapego às instituições republicanas e a influência de certas individualidades sobre os habitantes. Este trabalho foi possível mediante o estudo comparativo e qualitativo de fontes documentais do município, diários do governo e jornais locais da época.

Palavras-chave: Monarquia. República. Cabeceiras de Basto

Abstract: The regime of the First Portuguese Republic had to face, since its triumph, the opposition of conservative forces that sought the restoration of the deposed monarchy. In 1912 took place one invasion of exiled monarchists that came from Galiza, and that wanted to stir up in rebellion the north of Portugal. This article wants to present the course of events on the municipality of Cabeceiras de Basto, Braga district, but also analyse the local political and social dynamics, that justify the behaviour of the population, its detachment to the republican institutions and the influence of certain individualities upon the inhabitants. This work was possible through the qualitative and comparative study of municipal documental sources, government diaries and local press from that time.

Key-words: Monarchy. Republic. Cabeceiras de Basto

No dia 5 de Outubro de 1910, um movimento revolucionário na capital portuguesa proclamou o regime republicano, que foi aceite sem resistência visível

* Licenciatura e Mestrado em Sociologia pela Universidade do Minho. Doutoramento em História Moderna pela Universidade do Minho..

pelo resto do país. Esta revolta era o culminar de vários anos de luta política contra o decadente regime monárquico constitucional, abalado pelas querelas fratricidas entre os seus partidos, bem como por polémicas que marcaram os anos finais da sua vigência (RODRIGUES,1986, p. 83-114). Os líderes republicanos, uma vez no poder, lançaram-se num projecto de reforma do país, procurando combater o elevado grau de analfabetismo, promovendo a laicização da sociedade e limitando a influência da Igreja Católica tanto a nível social como político. A face visível destas intenções traduziu-se na publicação, em 1911, da Lei da Separação do Estado e das Igrejas que, consagrando o cariz laico do Estado, colocou o clero nacional sob o controlo do mesmo. O clima de hostilidade que se verificou entre as duas instituições redundou na expulsão dos Jesuítas, ou na perseguição a certos elementos do clero português.¹

A maioria da população portuguesa acatou, inicialmente sem grandes reservas, o novo regime, especialmente nas grandes cidades, onde o movimento republicano era pujante nos anos finais da Monarquia. Muitos dos que, a 4 de Outubro, ocupavam lugares no funcionalismo administrativo, e se diziam fiéis à realeza, transitaram facilmente essa fidelidade para a República, como forma de manterem os seus lugares profissionais (e até políticos) e evitarem possíveis represálias. Após a implantação da República, os monárquicos a nível “oficial” praticamente tinham desaparecido da cena política². Aqueles que insistiam em declarar as suas convicções monárquicas, resolveram emigrar, sobretudo para a Galiza, aí se concentrando, sob a chefia de Paiva Couceiro, aguardando uma oportunidade para tentar restabelecer o anterior regime.³

Todavia, devemos realçar que as populações das zonas rurais, em especial no norte de Portugal, fortemente influenciadas pelo catolicismo, pouco ou nada sabiam sobre os princípios republicanos. O seu voto político fora sempre determinado pelos caciques locais, ou seja, os proprietários de terras para quem trabalhavam, ou os

¹ Sobre o conflito entre o Estado Português e diversos setores da Igreja Católica em Portugal consulte-se (ALVES, 2012, p. 13-28).

² De facto, um pouco por todo o país, a nível político os monárquicos pareciam não existir nos meses seguintes ao 5 de Outubro (RAMOS, 1994, p. 457).

³ Na Monarquia Constitucional Paiva Couceiro destacara-se em campanhas militares com o fim de estabelecer a soberania portuguesa sobre as colónias africanas. Posteriormente envolveu-se nas questões políticas do fim do regime monárquico. No dia 5 de Outubro de 1910 fora um dos que tentara travar o golpe republicano vitorioso. Combateu o novo regime, liderando diversas tentativas de reposição monárquica. Leia-se (COIMBRA, 2000, p. 7, 18, 80); (VALENTE, 2001, p. 767-802).

titulares sacerdotais das paróquias.⁴ Se aceitaram inicialmente o novo regime, tal foi uma resposta perante um fato consumado. Contudo, à medida que a República assumia cada vez mais uma feição anti-clerical,⁵ o descontentamento destas populações tornou-se crescente. Ao limitarem certas práticas cultuais enraizadas e hostilizarem bispos e sacerdotes que não concordavam com certas normas radicais da Lei de Separação, os líderes republicanos da capital estavam a alienar o apoio destas populações. Era deste progressivo descontentamento que os exilados monárquicos na Galiza, reunidos em torno de Paiva Couceiro, esperavam obter apoio para uma restauração do regime monárquico. Logo em Outubro de 1911, os monárquicos exilados fizeram uma primeira tentativa de invasão militar do norte do país, para depor o regime republicano. Mal preparada, a iniciativa foi um completo fracasso, mas os exilados não desistiram, resolvendo organizar-se melhor para uma ação futura.

O concelho de Cabeceiras de Basto, no distrito de Braga, inseria-se nesta tipologia de regiões rurais do norte do país, que acabamos de referir. Durante as últimas décadas da Monarquia, fora quase sempre governado pelos políticos locais do Partido Regenerador, que incorporava a maioria das elites concelhias que orientavam o voto dos eleitores. Os republicanos na terra eram escassos, não se constituindo sequer como movimento político organizado no concelho. Por isso, em 1910, depois da proclamação da República, as entidades estatais confiaram a administração do município a uma comissão composta maioritariamente por antigos membros do Partido Progressista local, o maior partido monárquico de oposição ao Partido Regenerador.

O novo presidente da Câmara, Florêncio Leite Pereira de Sousa Lobo, que acumulou o cargo com o de Administrador do Concelho⁶, aderira ao republicanismo desde 1906, mas também pertencera no passado aos progressistas. Esta comissão foi bastante hostil para com os anteriores dirigentes camarários regeneradores e a sua administração concelhia, criando um clima de conflitualidade permanente. Em 1912,

⁴ A importância política do caciquismo no Portugal de fins do século XIX e princípios do XX era decisiva. (LOPES, 1991, p. 127-137).

⁵ A forte prática religiosa das populações rurais do norte do país impediu-as de aderirem convictamente à República laica e anti-clerical. Daí que os monárquicos pensassem que podiam contar com o seu apoio maciço em caso de revolta, em oposição aos políticos que na sua maioria tinham aderido à República (RAMOS, 1994, p. 483).

⁶ O Administrador do Concelho era nomeado pelo Estado e exercia um poder administrativo e fiscalizador paralelo ao das Câmaras Municipais, perante as quais não respondia.

as elites políticas locais anteriormente pertencentes ao Partido Regenerador, tinham já, na sua maioria, aderido ao republicanismo. Nesse ano o movimento republicano português cindiu-se e os regeneradores cabeceirenses inscreveram-se no novo Partido Democrático, que seria o partido mais importante na Iª República. Já os antigos progressistas cabeceirenses aderiram ao recém-criado Partido Unionista. Na verdade, velhas oposições políticas monárquicas locais eram agora retomadas em contexto republicano. Mas um ex-político regenerador de Cabeceiras, extremamente influente, ainda que publicamente manifestasse a sua adesão à República, continuava em segredo a manter contato com os monárquicos exilados, tendo em vista a restauração do anterior regime: o “padre” Domingos Pereira.⁷ Em 1912, estava a ser preparada, desde a Galiza, mas com ramificações clandestinas no interior do país, uma nova invasão monárquica, que pretendia sublevar o norte de Portugal e Domingos Pereira decidiu tomar parte nesse evento, garantindo a participação de 400 rebeldes. O antigo sacerdote estava confiante que poderia levantar a população cabeceirense numa revolta por ele conduzida. Esta invasão ficou marcada para Julho.

Entretanto, o regime republicano nomeara um novo Administrador do Concelho: João Augusto Mendonça Barreto, natural de Aveiro, que substituíra Florêncio Lobo, ainda que este se mantivesse como Presidente da Câmara. Os antigos regeneradores cabeceirenses, a começar pelo “padre” Domingos, parecem ter recebido bem o novo governante, pois estavam cansados da acumulação de poder até então exercida por um adversário político dos tempos da Monarquia. Pouco depois da sua nomeação, começaram a circular boatos sobre certas movimentações monárquicas numa das freguesias mais distantes do concelho, as quais motivaram a sua preocupação. Todavia, o novo administrador, recém-chegado, nada conseguiu apurar de concreto.⁸ Os preparativos prosseguiram em segredo, coordenados em Cabeceiras pelo “padre” Domingos. Tanto o administrador como a Câmara Municipal não parecem ter tomado quaisquer medidas preventivas, permanecendo numa certa ignorância sobre o que se preparava. De tal forma que, pouco tempo antes da revolta

⁷ Já antes do fim do regime monárquico, Domingos Pereira abandonara o sacerdócio, embora continuasse a ser conhecido pelo epíteto de “padre”. Político local bastante influente no regime monárquico, teve uma vida aventureira durante a Iª República, estando ligado às tentativas de restauração da Monarquia e tendo de, por mais de uma vez, recorrer ao exílio para evitar a detenção.

⁸ Arquivo Distrital de Braga doravante ADB, *Governo Civil - Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 10785, de 1912.

ocorrer, a comissão que geria a Câmara deixou que o seu presidente se ausentasse do concelho durante alguns dias.

Estava previsto que a revolta monárquica em preparação devia estender-se a todo o território nacional. Mas, à última da hora, os comités conspirativos que, dentro do país a organizavam, abortaram a iniciativa. Segundo o seu parecer, apesar dos preparativos, a revolta não teria ainda condições de sucesso a nível nacional. Em Cabeceiras de Basto, Domingos Pereira chegara à mesma conclusão. Aliás, segundo o seu relato, Paiva Couceiro era levado ao engano com falsas promessas de um certo quantitativo de homens em armas, os quais eram inexistentes. Dirigiu-se à Galiza para prevenir o seu chefe sobre o desenrolar dos acontecimentos no interior do país, mas, de caminho, foi informado que este já dera ordem de marcha, desconhecendo em absoluto a decisão dos comités. Em Julho 1912 ele e os seus homens punham-se a caminho. A ordem de partida fora igualmente pronunciada porque o governo espanhol ameaçava expulsá-los da Galiza, se não se decidissem a avançar⁹.

Confrontado com o facto consumado, Domingos Pereira regressou e assumiu o seu papel na revolta, apesar de não crer no sucesso geral do movimento. Em Cabeceiras, contudo, ele acreditava que poderia obter resultados no imediato. Estava confiante que a população o apoiaria. A ausência do Presidente da Câmara¹⁰ e o facto do Administrador do Concelho estar ali presente há poucos meses, e desconhecer certas redes de contacto comunitário e social, poderão ter facilitado o despoletar da revolta.

Contudo logo no início do movimento, enquanto Couceiro e os seus apoiantes atravessavam a fronteira, aconteceu um primeiro contratempo. No dia 5 de Julho, dois indivíduos conduziam armamento não autorizado para Cabeceiras que foi apreendido¹¹. Era um primeiro sinal de alerta, mas as autoridades não descobriram qual o verdadeiro fim daquele material bélico. Só a título posterior concluíram que o objectivo era o de ajudar na revolta realista. Na tarde desse mesmo dia, Domingos Pereira deu a ordem a oito indivíduos para que cortassem os fios do telégrafo e

⁹ Apesar de a Espanha ser uma Monarquia, a presença de tantos exilados portugueses conspirando contra a República em solo espanhol podia trazer problemas políticos e diplomáticos. Daí a sua pressão sobre os conspiradores. Leia-se (GOMES; MARQUES, 1986, p. 55); (RAMOS, 1986, p. 460).

¹⁰ A esta ausência, juntava-se a do juiz da comarca de Cabeceiras. O município encontrava-se sem o chefe do poder camarário e o representante do poder judicial, na véspera da revolta monárquica. O Dr. José César de Carvalho Pinto Coelho Vale e Vasconcelos estava a desempenhar esses dois cargos na ausência dos titulares. Ver ADB, *Governo Civil - Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11580.

¹¹ A apreensão teve lugar na freguesia cabeceirenses de S. Nicolau. Biblioteca Pública de Braga doravante BPB, *Diário do Governo de 1913*, IIº trimestre, p. 1749-1750.

destruísem algumas pontes, de forma a cortar as comunicações e impedir que os responsáveis republicanos locais pudessem pedir ajuda atempadamente.

A partir da madrugada de 6 de Julho de 1912 os acontecimentos precipitaram-se. Com as últimas linhas do telégrafo já cortadas, vários homens da população local, organizados pelo “padre” Domingos Pereira, e a ele obedientes, abandonaram as suas casas e foram para os montes em redor da vila, onde se conjugaram com guerrilheiros que vinham do exterior para ajudar na revolta. Os rebeldes estabeleceram três grupos armados principais em torno da sede do concelho. Estes pelotões colocaram-se nas três elevações naturais que circundavam a praça central: uma a nordeste, outra a norte e outra a noroeste.¹²

Entretanto, ainda pela madrugada, o chefe da estação telégrafo-postal de Cabeceiras de Basto, dirigiu-se ao Administrador do Concelho, para lhe comunicar o corte de comunicações. Os dois, na companhia de guardas-fiscais, foram procurar resolver o problema, mas chegados ao local, depararam com alguns rebeldes que tinham derrubado os postes do telégrafo, sobre os quais abriram fogo, sem os conseguirem atingir. Logo de seguida começaram a reparação dos danos. Prevenido sobre as diligências do administrador, Domingos Pereira enviou mais homens, armados, para fazer abortar as intenções de Mendonça Barreto. Este viu-se compelido a retirar do local e concluir que necessitava de reforços externos, tendo decidido deslocar-se de imediato a Braga para esse efeito. Não conseguindo alugar um automóvel na vila, dirigiu-se à capital do distrito, pela manhazinha, numa simples “vitória.¹³” É possível que posteriormente tenha conseguido obter outro meio de transporte, como também não é de excluir a hipótese de, pelo caminho, noutras localidades, ter tentado contactar com Braga acerca do sucedido.

Os revoltosos terão querido atacá-lo de imediato, para impedir a sua saída, mas o “padre” Domingos não deixou, pois pensava que ele ia apenas fugir do concelho para avisar as autoridades em Braga. O facto de João Augusto Mendonça Barreto as ir prevenir, não constituía um motivo de preocupação para o líder rebelde. Este concluía que quando aquelas pudessem reagir, já ele e os seus homens estariam

¹² Os guerrilheiros foram organizados em vários grupos de actuação, cada qual com o seu próprio comandante no terreno, os quais estavam às ordens do padre “Domingos”. Conhecemos alguns desses comandantes: o padre Domingos Maria de Jesus Alves Pina, o padre Manuel Leite de Araújo Júnior e Gaspar Gonçalves de Almeida, secretário de Domingos Pereira (CARNEIRO, 2007, p. 158, 165). BPB, *Diário do Governo de 1913*, IV trimestre, p. 3738-3741.

¹³ Uma “vitória” era uma espécie de carruagem puxada a cavalos.

a postos para os combates (CARNEIRO, 2007, p. 160-161)¹⁴. E o administrador teria assim uma hipótese de colocar a sua vida a salvo.

Entretanto, davam-se outros incidentes com civis do concelho. Pelas nove horas da manhã desse dia 6, igualmente nos arredores da vila, o secretário de finanças municipal foi repellido a tiro por um grupo de revoltosos, que supunham que os teria vindo espiar. Ferido por projéteis na face, foi levado em braços por companheiros, para o pequeno hotel local onde se encontrava hospedado, sendo-lhe aí prestado auxílio médico.

Os acontecimentos na vila desenrolavam-se agora com crescente dramatismo. Os guardas-fiscais, que nessa madrugada tinham acompanhado o administrador, foram desarmados pelos revoltosos. Pelas duas horas da tarde uma pequena força de cavalaria, fiel ao regime republicano, aproximava-se de Cabeceiras de Basto, através da estrada que seguia para Braga. Os guerrilheiros que vigiavam esse lado abriram fogo sobre esta força fazendo-a retirar, algo que motivou uma reprimenda por parte do “padre” Domingos Pereira. Este pretendia que os rebeldes se tivessem mantido ocultos nos montes, deixando aquele conjunto de soldados prosseguir até à praça da vila, para aí os seus três pelotões o aniquilarem (CARNEIRO, 2007, p. 160-162, 165).¹⁵

Ao fim da tarde, pelas 19 horas, o administrador do concelho estava de regresso de automóvel, por uma estrada diferente da que tinha tomado quando partira. Chegava acompanhado de um reforço de guardas-fios,¹⁶ bem como de alguns elementos republicanos carbonários,¹⁷ trazendo ainda armamento. De imediato João Augusto Mendonça Barreto encarregou o seu secretário da administração de, conjuntamente com os guarda-fios, irem reparar os fios do telégrafo.

Segundo alguns relatos, teria acrescentado, aos que o rodeavam, trazer consigo bombas incendiárias para queimar certas habitações, desejando igualmente reservar

¹⁴ Confira-se também ADB, *Governo Civil - Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11580, de 1912.

¹⁵ Veja-se igualmente ADB, *Governo Civil - Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11580, de 1912.

¹⁶ Ou seja, de guardas encarregados de vigiar as linhas do telégrafo.

¹⁷ Com raízes na Europa oitocentista, em especial na Itália, a Carbonária era uma sociedade secreta que se estabeleceu definitivamente em Portugal nos fins dessa centúria. Tinha por objectivo combater o clericalismo e a monarquia, tendo contribuído para as tentativas de implantação do regime republicano que viriam a ter sucesso a 5 de Outubro de 1910. A Carbonária atuou ainda na defesa do regime republicano, durante as incursões monárquicas de 1911 e 1912 mas, posteriormente, acabou eventualmente por se extinguir. Leia-se (MOURA, 2010, p. 308-309; SERRÃO, 1963-1971, p. 481-482).

para o chefe rebelde, a primeira bala a disparar. Seria verdade? Ou terá sido uma justificação posterior não fundamentada, por parte do “padre” Domingos Pereira, para tentar explicar os acontecimentos seguintes? Este, de facto, declarou mais tarde que, em face das referidas ameaças que chegaram ao seu conhecimento,¹⁸ se decidiu pela liquidação do administrador. Possivelmente não esperaria o seu regresso aventureiro à vila, acompanhado de alguns homens, depois de lhe ter sido dada a oportunidade de a deixar em segurança. Quanto ao administrador, teve uma atitude que se pode considerar igualmente corajosa, por querer regressar ao teatro das operações e participar na luta contra a revolta.

De facto, a situação local em que se encontravam os republicanos coordenados pelo administrador, era grave. A maioria da população parecia não manifestar qualquer intenção de defender o regime. O Presidente interino da Câmara Municipal, Dr. José César de Carvalho Pinto Coelho Vale e Vasconcelos, bem mais prudente do que o Administrador do Concelho, tinha-se retirado subitamente da sede do concelho para local desconhecido, receando certamente pela própria vida.¹⁹ Eram cerca das 19 horas e 30 minutos desse dia 6. Na Praça Barjona de Freitas, a praça central da vila, o Administrador do concelho estava acompanhado pelos carbonários que trouxera de Braga, pelo presidente da Junta Paroquial de Refojos de Basto e por alguns habitantes locais, fiéis à República.²⁰ Estes não se terão apercebido de imediato da movimentação de um grupo de homens que se colocou perto do edifício do hospital da Misericórdia. Era um dos pelotões rebeldes, estacionado nos montes em redor, comandado pelo Padre Pina. Do monte vizinho, Domingos Pereira deu ordem de fogo mas, segundo as suas instruções prévias, a primeira descarga de tiros era para o ar. Os primeiros tiros de pistolas e espingardas puseram em fuga a maioria dos homens que acompanhavam o administrador, ficando este acompanhado apenas por dois indivíduos. Por outro lado, a população ainda presente abandonou a vila, o que era um objetivo de Domingos Pereira que queria evitar vítimas civis (CARNEIRO, 2007, p. 164).²¹

¹⁸ Uma dúvida que se nos coloca é como é que o líder rebelde tomou conhecimento das alegadas ameaças. Teria elementos seus infiltrados na vila?

¹⁹ ADB, *Governo Civil - Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11580, de 1912.

²⁰ GRAÇA, J. J. da Silva (dir.) *Ilustração Portuguesa, Edição Semanal do Jornal O Século*, Lisboa, Editor José Joubert Chaves, nº 335, Julho de 1912, p. 100, 116.

²¹ Consulte-se do mesmo modo ADB, *Governo Civil - Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11580, de 1912.

Os revoltosos recarregaram as armas e desta vez apontaram-nas na direcção dos três indivíduos desamparados que ainda estavam na Praça. Os disparos ressoaram novamente. Um dos homens conseguiu fugir e encobrir-se junto das casas da Praça, que estavam por baixo do monte de onde os revoltosos disparavam, enquanto um segundo fugiu a procurar abrigo nas casas do monte onde estava o pelotão principal comandado pelo “padre” Domingos Pereira, sendo atingido na perna por um projétil. O administrador João Augusto Mendonça Barreto fugiu na direcção oposta àquela em que se encontravam os revoltosos, procurando um primeiro abrigo junto de uma das árvores da praça. Mas como não podia ficar ali eternamente, enquanto os rebeldes disparavam, tentou completar a fuga, correndo em direcção a uma das casas da praça, no sentido oposto ao grupo que disparava no monte do hospital da Misericórdia.

Os primeiros tiros falharam o alvo mas então o líder desse grupo, Padre Pina, descrito como um “caçador de fina pontaria” (COIMBRA, 2000, p. 111), terá apontado a sua arma a Mendonça Barreto e disparado de modo certo. A bala atravessou o peito do administrador, entrando-lhe pelo ombro e saindo-lhe pela axila do outro lado²². Gravemente ferido, ainda teve forças para se retirar para a casa de um certo José Teixeira Leite Bastos, negociante, que o recolheu. Mas os ferimentos eram graves e, pós alguns minutos de agonia, João Augusto Mendonça Barreto expirava, sendo difícil de crer que tivesse sequer tido oportunidade de receber auxílio médico conveniente.

A morte do Administrador do Concelho foi, sem dúvida, um dos acontecimentos mais marcantes da revolta monárquica em Cabeceiras. A notícia espalhou-se rapidamente, suscitando diversas reacções nas pessoas presentes. E apesar dos relatos escritos, ainda hoje restam dúvidas sobre o que realmente se passou nesses momentos fatídicos. Já na época circulou uma outra versão que referia que o Administrador fora morto à traição, não pelos indivíduos colocados nos montes cimeiros, mas sim por homens escondidos numa das habitações da Praça onde se encontrava. E é um facto que seria muito mais simples abate-lo a partir dessa posição.

²² Segundo um relato, João Augusto foi ainda atingido por uma outra bala que lhe feriu as pernas (CARNEIRO, 2007, p. 164); ADB, *Governo Civil - Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11580, de 1912.

O cadáver passou a noite na casa onde havia falecido. No dia seguinte, 7 de Julho, o seu secretário da administração,²³ certamente bastante preocupado com o evoluir da situação, escreveu uma missiva para o Governador Civil de Braga sobre o que se tinha passado, solicitando-lhe com ansiedade as suas ordens, pois o concelho estava agora sem autoridades e sem forças militares fiéis ao regime. Em seguida tomou diligências relativas ao destino dos restos mortais do seu superior hierárquico. Dirigindo-se à habitação onde estes continuavam depositados, ordenou a sua deposição num caixão de chumbo, que fez transportar para a Igreja do Mosteiro de Refojos, onde permaneceram alguns dias.

Os revoltosos permaneciam vigilantes sobre as vias de comunicação que conduziam à vila, no sentido de assinalar a aproximação de combatentes fiéis ao regime, ou interceptar outras comunicações e indivíduos que por ali quisessem circular. Um grupo de rebeldes postou-se numa ponte da estrada para Braga, a cerca de 10 kms da vila, já perto da fronteira com o vizinho concelho de Vieira do Minho. Quando o carro do correio, que levava a carta do secretário do administrador para o Governador Civil, se aproximava, os revoltosos, de armas em punho, ordenaram-lhe que parasse, não o deixando prosseguir²⁴.

De facto, era preciso fazer alastrar o movimento insurreccional aos concelhos da região: Celorico de Basto, Vieira do Minho, Ribeira de Pena ou Vila Real. Em Ribeira de Pena, os chefes revoltosos locais procuravam aliciar pessoas da freguesia cabeceirense de Cavez, para os ajudar na revolta conta a República na sua sede de concelho²⁵. Em Celorico de Basto, na freguesia de Molares, o padre Francisco de Almeida Barreto, natural de Cabeceiras, mandou tocar os sinos a rebate e dirigiu o levantamento do povo contra a República, ordenando a detenção do Administrador deste Concelho. Havia igualmente a participação feminina, personificada por uma prima do padre Barreto, que procurava dar ânimo aos revoltosos da sua freguesia, distribuindo aguardente e bandeiras monárquicas. Estes acontecimentos na região eram supervisionados pelo “padre” Domingos Pereira, algo que é demonstrado pelo facto de os chefes dos rebeldes em Ribeira de Pena terem-se deslocado

²³ Manuel Esteves Ribeiro Seara. Sobre o destino que este deu ao cadáver do seu chefe veja-se ADB, *Governo Civil - Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11579, de 1912.

²⁴ ADB, *Governo Civil - Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11579, de 1912; BPB, *Diário do Governo de 1913*, IV trimestre, p. 3738-3741.

²⁵ BPB, *Diário do Governo de 1913*, Iº trimestre, p. 483; *Comércio do Minho*, Nº 5:862, de 1912.

propositadamente às proximidades de Cabeceiras de Basto, para com ele conferenciarem sobre as ações a levar a cabo.²⁶

Entretanto, no dia 7 de Julho, o concelho cabeceirense presenciava mais desenvolvimentos trágicos. Na freguesia de Riodouro, um major reformado do exército do ultramar, de nome Baltazar Pereira de Macedo, encontrava-se num campo próximo da sua residência. Surgiu então um novo grupo de indivíduos armados que dispararam contra ele, matando-o de imediato. Não sabemos se este homem tinha simpatias republicanas, se também espiava os movimentos dos revoltosos, ou se apenas estava na hora errada no local errado. Como o autor dos disparos fatais terá sido, ao que tudo indica, o abade da freguesia de Riodouro, é possível a hipótese de, nesta morte, terem estado presentes motivos pessoais.²⁷ Um olhar comparativo, sobre os diferentes grupos de rebeldes a atuar no concelho, mostra-nos igualmente que o clero local teve uma importância fundamental na condução das ações de guerrilha. Pensamos claramente que o cariz radicalmente laico do novo regime, consubstanciado na Lei de Separação do Estado das Igrejas, terá sido um dos motivos que levou diversos sacerdotes a pegarem em armas contra a República.

Na tarde desse dia 7, aproximava-se da vila uma segunda força de cavalaria para dar combate aos rebeldes. No entanto, teve de proceder a um recuo imediato, quando constatou que os revoltosos estavam entrincheirados nos montes da vila, logo em posição militar favorável a curto prazo. Pouco depois, um grupo de guerrilheiros dirigiu-se à cadeia da sede do concelho e aí obrigou o carcereiro a deixar sair os presos, que assim se evadiram num total de sete²⁸. Não sabemos qual o motivo deste ato. Seriam os detidos simpatizantes monárquicos? Ou era uma forma de tentar captar mais combatentes para as fileiras dos rebeldes?

Aparentemente, até ao dia 8, os revoltosos não se apoderaram da vila, preferindo inicialmente controlar os montes vizinhos. Nesse dia, à frente dos grupos revoltosos, o “padre” Domingos Pereira tomou posse da sede do município. A maioria

²⁶ BPB, *Diário do Governo de 1913*, Iº trimestre, p. 483, *Diário do Governo de 1913*, IVº trimestre, p. 4208.

²⁷ ADB, *Governo Civil – Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11579, de 1912; BPB, *O Imparcial*, nº 1, de 1912.

²⁸ No dia 8 uma nova força de infantaria também recuou em face da posição geográfica dos revoltosos (CARNEIRO, 2007, p. 166). Sobre a fuga de presos confira-se ADB, *Governo Civil – Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11579, de 1912; BPB, *Diário do Governo de 1913*, IVº trimestre, p. 3738-3741;

da população seguia-o, aderindo à revolta que parecia triunfante. Depois de subir aos Paços Municipais, sem aí encontrar qualquer resistência, surgira à varanda dos mesmos, retirando dali a bandeira republicana e colocando no seu lugar a bandeira da Monarquia. Diante do povo que se aglomerava defronte do antigo sacerdote e político, agora também guerrilheiro, proclamou o novo regime.²⁹ A sua missão em Cabeceiras de Basto estava concluída com êxito. Restava-lhe agora esperar por notícias do seu chefe máximo, Paiva Couceiro. Este planeava, depois do ataque e conquista da cidade fronteiriça de Chaves, descer desde o concelho de Montalegre a Cabeceiras de Basto, com os civis que a ele se quisessem agregar, de modo a juntar-se aos guerrilheiros comandados por Domingos Pereira. Da vila cabeceirense os revoltosos deviam posteriormente dirigir-se a Guimarães, berço da nacionalidade portuguesa, com o objetivo de colocar toda a província do Minho em revolta contra a República (COIMBRA, 2000, p. 1111).

Enquanto aguardavam, os revoltosos de Cabeceiras, no dia 9 de Julho, tiveram de enfrentar agora uma força de infantaria, que se aproximava da vila para os expulsar. As tropas republicanas caminhavam no meio de um silêncio quase absoluto. Os campos estavam desertos, as habitações mantinham-se fechadas. Os soldados constataavam os cortes nas estradas, bem como os postes e troncos de telégrafo caídos por terra.

Depois de ser informado, e apercebendo-se do perigo, Domingos Pereira ordenou o regresso dos homens para os montes em redor da vila, onde se deviam manter escondidos. Percebendo perfeitamente o perigo, que tanto ele como os seus guerrilheiros corriam, o líder rebelde não quis combater o contingente que se aproximava em terreno raso: corria o sério risco de uma derrota militar ou, na melhor das hipóteses, lograr vencer com muitas baixas. Por isso o seu plano era deixar a força de infantaria entrar na praça, onde seria alvo fácil dos rebeldes ocultos nas montanhas adjacentes.

Tendo em vista este objetivo, o chefe rebelde determinou que alguns dos seus homens descessem e se mostrassem às tropas republicanas que se aproximavam. Ao verem os rebeldes próximos, o contingente militar lançou-se no seu encalço. Esta era uma manobra de atração. Assim que o contingente estivesse todo concentrado na

²⁹ ADB, *Governo Civil – Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11579, de 1912; BPB, *O Comércio do Minho*, nº 5:864, de 1912; Biblioteca Pública do Porto doravante BPP, *Ecoss de Cabeceiras*, nº 259, de 1919.

praça da vila, os rebeldes surgiriam no alto dos montes, não proporcionando outra hipótese que não fosse a da rendição das tropas republicanas ou a sua aniquilação. Contudo, a planificação arquitetada pelo “padre” Domingos foi inutilizada por um dos pelotões colocados nas montanhas, o qual abriu fogo antes de tempo, o que redundou na retirada desordenada das tropas republicanas. Não é difícil imaginar a frustração do líder rebelde, que via assim o seu plano claudicar devido à precipitação de alguns dos seus homens³⁰.

Para além disso, o evoluir da situação nas regiões vizinhas estava a ser desfavorável. Efetivamente, as forças fiéis ao regime republicano conseguiam já reocupar Fafe e Celorico, dois concelhos vizinhos, a cerca de 20 kms de Cabeceiras. Mas o princípio do fim deste movimento monárquico em Cabeceiras chegou no dia 10 de Julho, com a notícia de que Paiva Couceiro falhara o ataque a Chaves, comprometendo o plano geral da incursão monárquica. Vendo-se na eminência de, mais tarde ou mais cedo ficar permanentemente cercado sem hipótese de receber reforços, o “padre” Domingos Pereira, ao fim do dia, deu ordem aos seus homens para abandonarem os montes em redor de Cabeceiras e se porem em marcha com o objetivo de se irem juntar ao contingente rebelde de Paiva Couceiro. O antigo sacerdote queria saber o que pretendia fazer o seu chefe.³¹

Enquanto os rebeldes em retirada se dirigiam para norte, foram despachados dois homens adiante deles para saberem mais informações. Quando regressaram, traziam a informação que o líder da revolta já se dirigia de regresso à Galiza. O “padre” Domingos, vendo cumprir-se aquilo que receava desde o início, deu ordem de dispensa aos seus homens. Estes seguiram o exemplo de Paiva Couceiro, atravessando a fronteira em direção a Espanha³², enquanto Domingos Pereira regressava a Cabeceiras de Basto, acompanhado por 10 homens.

³⁰ Os comandantes republicanos tentaram passar a mensagem de que, à sua aproximação, os rebeldes imediatamente fugiram. Esse cenário parece pouco plausível, tendo em atenção não só o relato do “padre” Domingos Pereira, mas sobretudo a situação geográfica bastante favorável em que os rebeldes se encontravam face às forças republicanas. Veja-se (CARNEIRO, 2007, p. 167-169); BPB, *Ecos do Minho*, nº 156, 157, de 1912.

³¹ O número total de homens que seguiu Domingos Pereira durante os dias da revolta varia conforme as fontes, mas segundo declarações do próprio, o seu contingente nunca ultrapassou o número de 650 guerrilheiros, apesar de alegar que chegaram a oferecer-se para combater 1800. Por falta de mantimentos, Domingos Pereira não aceitou que o número de 650 fosse ultrapassado. Sobre este aspecto e a retirada de Cabeceiras veja-se (CARNEIRO, 2007, p. 165-172); BPB, *Comércio do Minho*, nº 5:863, 5:865, de 1912; *Ecos do Minho*, nº 156-157, de 1912.

³² Os combatentes rebeldes de Cabeceiras de Basto juntam-se a Paiva Couceiro junto à fronteira, durante a retirada. Leia-se BPB, *Ecos do Minho*, nº 159, de 1912.

As tropas republicanas, constatando a retirada dos revoltosos entraram finalmente na vila, encontrando-a praticamente deserta. Falhado o movimento, a maioria da população abandonara as suas casas, com receio do desenrolar dos acontecimentos. O comandante militar Sarsfield Cabral conferenciou com os seus oficiais, mas cedo se apercebeu que os seus homens estavam cansados pela caminhada, com fome e sem forças para se lançarem na perseguição imediata dos rebeldes.³³ Por conseguinte, o comandante deu ordem às tropas para se manterem na vila a recuperar forças, deixando para o dia seguinte a perseguição dos revoltosos. As indicações foram acatadas. Por seu turno, alguns soldados e civis republicanos, frustrados com a fuga dos rebeldes, incendiaram a residência do “padre” Domingos Pereira, por entre aclamações à República e morras à Monarquia.³⁴

Os soldados republicanos procuravam na vila quem lhes pudesse fornecer alimentos, mas os habitantes não apareciam. Com poucos mantimentos, restou-lhes comer o bacalhau salgado, transportado nas suas provisões, em pequenas quantidades. Outros, inquietos com a falta de medicamentos, sempre necessários num contexto militar onde as doenças facilmente se propagavam, arrombaram a porta de uma das farmácias da vila para se abastecerem. O contato das tropas com a vila prosseguia, não sem outros percalços. Alguns homens entraram numa taberna onde abriram uma pipa. Aos primeiros goles tomaram consciência que o dono, antes de fugir, deitara veneno no vinho. Apenas uma lavagem pronta do estômago dos militares, evitou a sua morte. Pouco depois a taberna era envolvida pelas chamas. Embora o comandante atribuísse o incêndio a “elementos estranhos ao exército”, é bem possível que os militares fossem os responsáveis, movidos por um sentimento de vingança. Não é de excluir a hipótese, por outro lado, de que civis republicanos mais exaltados tivessem queimado o edifício.³⁵

Um grupo de soldados, por seu turno, dirigiu-se aos Paços do Concelho e queimaram a bandeira da monarquia ali hasteada, entre manifestações de regozijo. A

³³ O cansaço dos soldados republicanos era mais que evidente. O regimento de infantaria nº 29, capitaneado por Manuel Augusto Farinha tinha percorrido 70 kms em 28 horas, por entre caminhos em mau estado. Veja-se BPB, *Diário do Governo* 1912, IVº trimestre, p. 3479; *Ecos do Minho*, nº 157, de 1912.

³⁴ Sobre a queima da casa do chefe rebelde leia-se BPB, *Comércio do Minho*, nº 5:863, de 1912; *Ecos do Minho*, nº 156, de 1912.

³⁵ O “padre” Domingos Pereira sempre alegou que a notícia do envenenamento do vinho era falsa. Sobre a queima da casa do chefe rebelde, a procura de medicamentos e o envenenamento do vinho veja-se (CARNEIRO, 2007, p. 173); BPB, *Comércio do Minho*, nº 5:863, 5:864, de 1912; *Ecos do Minho*, nº 156, 157, de 1912.

instalação das tropas na vila era acompanhada pelas buscas nas habitações. Uma das primeiras fora, antes do incêndio, a do cabecilha Domingos Pereira, onde foram encontradas carabinas, fardas de reservistas do exército, bonetos, um elevado número de cadernetas militares e enxergas de palha para servirem de leito a indivíduos aliciados para se juntarem ao movimento. Era patente que o “padre” Domingos Pereira vinha desde já um certo tempo procedendo a preparativos secretos para tomar parte na revolta.³⁶

Outras habitações foram igualmente destruídas pelo fogo. Na freguesia cabeceirense de São Nicolau foi queimada a casa do seu braço direito, Gaspar de Almeida, na mesma noite que a casa do seu chefe. Destino semelhante teve a casa de um certo Padre Júlio, que era natural de Vieira do Minho e outras fontes referem ainda o incêndio das casas de José Maria Pereira, irmão do “padre” Domingos, de Manuel Joaquim Pereira, da freguesia de S. Nicolau, e a de um indivíduo de nome Paulo, proveniente do lugar cabeceirense de Chacim: estes dois últimos andariam com os guerrilheiros. As razões invocadas pelos comandantes militares para a queima das casas dos padres Domingos e Júlio, estavam relacionadas com o facto de estes serem chefes da guerrilha. Há ainda notícia de, no dia 11 de Julho, ter sucedido um incêndio na Capela do Cemitério Municipal de Cabeceiras de Basto, com a destruição das imagens de santos que lá se encontravam, talvez provocado por elementos republicanos anti-clericais.

Num clima de exaltação e pilhagem, muitos militares presentes queriam queimar mais casas e saquear a vila cabeceirense, como forma de punição pela sua adesão à revolta, mas também, certamente, para obterem ganhos individuais. Os oficiais, todavia, mais razoáveis e temendo a má imagem que poderiam deixar às populações, não permitiram esses intentos.³⁷ Consentiram, no entanto, que elementos populares republicanos assaltassem várias residências de indivíduos tidos como cabecilhas monárquicos, sendo o mobiliário destruído.³⁸ Parecia haver uma mensagem clara a transmitir. Os oficiais pretendiam obter as boas graças da população, atribuindo as responsabilidades principais aos líderes locais da revolta.

³⁶ BPB, *Comércio do Minho*, nº 5:864, de 1912.

³⁷ BPB, *Comércio do Minho*, nº 5:864, 5:865, de 1912.

³⁸ Domingos Pereira queixou-se de lhe terem roubado 800 mil réis e alguns objectos de ourivesaria, antes de atearem fogo à sua habitação (CARNEIRO, 2007, p. 173); BPB, *Comércio do Minho*, nº 5:865 de 1912.

Como em qualquer conflito, a conquista das populações locais para uma determinada causa, era um aspeto a não negligenciar pelas partes que se digladiavam.

Aos poucos a população começou a regressar às suas casas,³⁹ ainda que receando eventuais represálias. O comandante militar ordenou-lhes, num prazo de 24 horas, a entrega de todo o material bélico que tivessem recebido dos dirigentes da revolta, o que teve como consequência a entrega de cerca de 300 armas.⁴⁰ Entretanto, uma parte do exército partiu, no dia 11, em perseguição dos revoltosos em fuga, mas estes, tendo a vantagem de uma noite de avanço,⁴¹ não foram alcançados, com exceção de certos guerrilheiros mais fatigados ou doentes, que na retirada ficaram para trás, sendo abatidos ou aprisionados pelas forças republicanas.

Na vila ficavam as tropas de infantaria e cavalaria consideradas necessárias para⁴² procurar e prender todos os suspeitos de terem participado ou apoiado a revolta. Estas iniciativas eram agora apoiadas pelas autoridades administrativas cabeceirenses que entretanto tinham regressado. Assim se procederam a buscas por várias casas do concelho. Nos primeiros dias ocorreram 45 detenções. Existiam indivíduos de ambos os sexos entre os detidos, mas os elementos do clero cabeceirense foram particularmente visados, por serem considerados os principais instigadores da revolta.⁴³

O regime republicano procedeu igualmente à homenagem ao falecido administrador do concelho, no dia 12 de Julho, aquando do seu funeral.⁴⁴ O cadáver foi transportado até à estação de comboio mais próxima, seguindo daí até à cidade de Aveiro, de onde era natural. O cortejo, bem como as cerimónias fúnebres, foram

³⁹ O regresso da população à vila permitiu igualmente aos soldados poder comprar alguns produtos, em especial alimentares, dos quais estavam bastante necessitados. Confira-se GRAÇA, J. J. da Silva (dir.) *Ilustração Portuguesa, Edição Semanal do Jornal O Século*, Lisboa, Editor José Joubert Chaves, nº 335, Julho de 1912, p. 116-117.

⁴⁰ BPB, *Comércio do Minho*, nº 5:865 16 de Julho de 1912. A apreensão de armamento prosseguiu nos dias seguintes como o demonstra a apreensão entre os lugares de Torinha e Moscoso, da freguesia de Riódouro, de 11 clavinas, 1400 cartuchos e explosivos. Veja-se BPB, *Ecos do Minho*, nº 160, de 1912.

⁴¹ À época, os montes em redor da vila eram muito menos arborizados, o que ajudava a progressão no terreno por parte dos rebeldes. Contudo, estavam mais facilmente ao alcance do olhar inimigo, daí toda a pertinência em retirar durante a noite. Veja-se BPB, *Comércio do Minho*, nº 5:865 16 de Julho de 1912.

⁴² Segundo o coronel Sarsfield, eram 90 praças e 4 oficiais. Alguns republicanos consideraram tratar-se de uma força excessiva e bastante custosa (GOMES; MARQUES, 1986, p. 433-439).

⁴³ BPB, *Comércio do Minho*, nº 5:865, de 1912. Sobre o papel do clero na revolta, quer arranjando financiamentos, quer aliciando homens e fazendo propaganda contra a República, confira-se (MAGRO, 1912, p. 3).

⁴⁴ Do funeral de Mendonça Barreto se encarregou um negociante da vila de Cabeceiras de Basto, João Cândido Moreira. ADB, *Governo Civil – Correspondência Geral, Governo Civil*, Cota 11633; BPB, *Comércio do Minho*, nº 5:865.

acompanhados por diversas autoridades civis e militares. No cemitério o comandante militar Sarsfield e o Presidente da Câmara, Florêncio Leite de Sousa Lobo, fizeram discursos de homenagem ao defunto. Na primeira sessão camarária, depois da intentona monárquica, foi lançado um voto de profundo pesar pelas mortes do administrador e do major Baltasar. A imprensa republicana informava o país sobre os acontecimentos em Cabeceiras, levando-os ao conhecimento geral. Em 1913, o Estado aprovaria uma pensão à viúva e aos filhos do administrador⁴⁵.

No meio do rescaldo destes acontecimentos, o “padre” Domingos Pereira terá circulado por Cabeceiras de Basto disfarçado, até dia 24 de Julho, segundo as suas palavras. A sua cabeça estava a prémio por 10 contos, uma avultada quantia para a época, e mesmo a família não estaria imune a ameaças de morte. O perigo de uma captura era evidente e, por isso, o líder rebelde fugiu para a Galiza onde já se encontrava a maioria dos seus companheiros de revolta. Como, no entanto, o governo espanhol não consentia mais a sua presença naquela região, a única saída encontrada pelos rebeldes fugitivos foi a emigração para o Brasil, com a aceitação do governo brasileiro. Na cidade espanhola de Vigo inscreveram-se mais de 100 exilados políticos para o embarque. E no dia 1 de Setembro de 1912 zarparia rumo a Terras de Vera Cruz um primeiro paquete denominado Tucumau (ou possivelmente Tucumán) transportando 50 indivíduos, entre os quais o “padre” Domingo Pereira.⁴⁶ Pouco depois de ter chegado ao Brasil, o chefe monárquico cabeceirense, a 22 de Setembro, seria homenageado numa sessão na Liga Monárquica D. Manuel II do Rio de Janeiro, em que vários oradores discursaram, incluindo o próprio.

Os revoltosos monárquicos cabeceirenses e seus apoiantes, que não tiveram a sorte de escapar à captura, foram submetidos a tribunais de guerra em Cabeceiras de Basto e Braga, entre Julho e Setembro desse ano. Mesmo aqueles que tinham logrado escapar, foram julgados “in absentia”. O “padre” Domingos foi condenado à revelia a 20 anos de cadeia a 31 de Julho. As restantes sentenças variaram entre a pena de prisão, a condenação a degredo ou simples multas. A maioria dos condenados no tribunal de Cabeceiras a pena de prisão foram depois encaminhados para as cadeias

⁴⁵ Arquivo Municipal de Cabeceiras de Basto, doravante AMCB, *Livro das Actas da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto*, 1910-1913, fls. 85v-86; BPB, *Diário do Governo de 1913*, IIº trimestre, p. 1542.

⁴⁶ BPB, *Ecos do Minho*, nº 172, 185 de 1912. Segundo outra fonte o paquete chamava-se Zelândia, zarpara a 9 de Setembro e passara por Lisboa. Confira-se a este respeito (BRANDÃO, 1991, p. 48).

do Porto e de Lisboa.⁴⁷ A sua partida foi efetuada num clima de forte emoção, ouvindo-se amiúde o choro incontido de mulheres.⁴⁸

Os habitantes iriam sentir ainda durante alguns meses os efeitos da revolta, através da presença de uma força militar para manter a ordem e fazer a propaganda das ideias republicanas. Claramente, as autoridades consideravam que as populações eram facilmente influenciáveis pelos elementos do clero local em favor das ideias monárquicas.⁴⁹ Este facto demonstrava igualmente que as autoridades municipais, nomeadas pelo regime republicano em 1910, tinham falhado na sua missão de doutrinação dos habitantes, tendo uma influência limitada sobre os mesmos. É possível que tenham recebido censuras por parte das entidades do Estado em face dos acontecimentos que sucederam, pois a República viu-se localmente completamente desamparada nesses dias de Julho e os dirigentes camarários parecem ter sido apanhados de surpresa pelos acontecimentos.

Para os democráticos cabeceirenses, antigos regeneradores afastados em 1910, a revolta de Julho trouxe lições importantes para o futuro. A sua atitude maioritária durante a revolta parece ter sido a de se manterem numa expectativa silenciosa, que não os compromettesse politicamente para o futuro.

Era, agora, para eles evidente, que o futuro político próximo do país passava pela República e não pela Monarquia.⁵⁰ E com a ausência do seu antigo colega, “padre” Domingos Pereira, estavam conscientes que, tal como nos tempos da Monarquia, detinham a maior influência social e eleitoral no concelho, quando tivessem lugar as primeiras eleições municipais. Os dirigentes nacionais do Partido Democrático de Afonso Costa, em particular, sabiam que tinham de contar com estes antigos regeneradores, para a sua consolidação política no município⁵¹. E,

⁴⁷ Alguns acusados tiveram melhor sorte e lograram ser absolvidos, como o próprio irmão do “padre” Domingos, José Maria Pereira. Efectivamente, Domingos Pereira declarou posteriormente que o irmão não participara na revolta e que na altura ambos estavam até de relações cortadas. (CARNEIRO, 2007, p. 173); BPB, *Ecos de Cabeceiras*, nº 212, de 1918; BPB, *Ecos do Minho*, nº 161, 163, 164, 174, de 1912; *Comércio do Minho* nº 5:884, 5:890, de 1912.

⁴⁸ Houve vozes que apontaram para um excessivo rigor com que alguns dos suspeitos tinham sido condenados. A situação dos presos políticos em resultado da revolta era tão precária, que se abriram subscrições para os ajudar. BPB, *Ecos do Minho*, de 1913.

⁴⁹ Uma tarefa que claramente a então Comissão Administrativa presidida por Florêncio Lobo não conseguira realizar com êxito. Conferir (GOMES; MARQUES, 1986, p. 433).

⁵⁰ O falhanço da segunda incursão foi um grande revés para a causa monárquica, apesar de o rei manter a esperança na restauração (LAVRADIO, 1993, p. 224-226).

⁵¹ Efectivamente foi o Partido Democrático que mais beneficiou com o malogro da segunda incursão monárquica, recebendo ainda mais adesões de quem queria manter lugares e influência. Consulte-se (FERREIRA, 1973, p. 93).

efetivamente, quando toma posse em 1914 a primeira vereação eleita no regime republicano, esta era constituída maioritariamente por membros locais do antigo Partido Regenerador, agora aderentes ao Partido Democrático.

Encerrava-se assim o tumultuoso capítulo da revolta monárquica de 1912. O viver quotidiano deste concelho rural minhoto, voltava à sua normalidade possível, sobretudo depois que o estado de sítio, decretado pelo governo a 8 de Julho, ter sido levantado a 4 de Outubro daquele ano. Mas ficara patente a influência que certas figuras locais ligadas ao clero detinham sobre as populações, sendo capazes de arregimentar centenas de indivíduos para a sua causa. Para muitos cabeceirenses, em 1912, essas redes de relacionamento social local, eram mais importantes do que a defesa do regime republicano, mostrando como o novo regime tinha maior dificuldade em captar a adesão plena das populações rurais do norte do país.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, Jorge Fernandes. Liberdade de Consciência, liberdade de cultos: o papel da lei da separação do estado das igrejas (1911). **Cem / Cultura Espaço e Memória**, nº 3, p. 13-28, 2012.

BRANDÃO, Fernando de Castro. **A Primeira República Portuguesa: uma cronologia**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

CARNEIRO, Fernanda. **Álbum de Recordações**. Porto: Papiro Editora, 2007.

COIMBRA, Artur Ferreira. **Paiva Couceiro e a Contra-Revolução Monárquica (1910-1919)**. Dissertação (Mestrado), Universidade do Minho, Braga, 2000.

FERREIRA, David. **História Política da Primeira República Portuguesa**. I^o Volume (1910-1915). Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

GOMES, Hipólito de la Torre; MARQUES, A. H. Oliveira. **Contra Revolução, Documentos para a História da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1986.

LAVRADIO, Sexto Marquês de. **Memórias**. Lisboa: Edições Ática, 1993.

LOPES, Fernando Farelo. Caciquismo e Política em Portugal. Uma perspectiva sobre a Monarquia e a I^a República. **Sociologia – Problemas e Práticas**, nº 9, p. 127-137, 1991.

MAGRO, Abílio. **A Revolução de Couceiro**. Revelações escandalosas, confidências, crimes. Porto: Edição do Autor, 1912.

MOURA, Maria Lúcia de Brito. **A “guerra religiosa” na Iª República**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010.

RAMOS, Rui. A República – As guerras da República. In MATTOSO, José. **História de Portugal**. Sexto Volume – A segunda fundação (1890-1926). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 432-527.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. A decadência da Monarquia Constitucional Portuguesa: factores de afirmação do ideário republicano. **Arquipélago – História**, 1ª série, vol. VIII, p. 83-114, 1986.

SERRÃO, Joel. (ed.). **Dicionário da História de Portugal**. Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971, p. 481-482.

VALENTE, Vasco Pulido. Henrique Paiva Couceiro um colonialista e um conservador. **Análise Social**, vol. XXXVI, (160), p. 767-802, 2001.

Recebido em Junho de 2015
Aprovado em Julho de 2015